

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA EM GASTROENTEROLOGIA: uma visão crítica

Luiz Ernesto de Almeida **TRONCON***

A Educação Médica Continuada (EMC) compreende os processos que permitem aos profissionais manter e adquirir novos conhecimentos, habilidades e atitudes. É justificada por razões variadas, como o surgimento de novos conceitos, o desenvolvimento de novas técnicas diagnósticas e terapêuticas, as modificações no perfil nosológico da população e os crescentes níveis de informação dos pacientes.

A EMC vem se desenvolvendo de forma constante em todo mundo, tendo, inclusive, se tornado obrigatória em alguns países. No Brasil, a EMC tornou-se compulsória para a renovação quinquenal dos títulos de especialista, com a criação, em 2005, do Certificado de Atualização Profissional (CAP). A partir de janeiro de 2011, os títulos serão renovados somente para aqueles que tiverem obtido o CAP, comprovando ter adquirido mínimo de 100 créditos em atividades de EMC, nos últimos 5 anos. Aqueles que não o fizerem deverão se submeter a novo exame para obtenção de novo título de especialista.

As sociedades de especialistas, como a Federação Brasileira de Gastroenterologia (FBG), participam da Comissão Nacional de Acreditação (CNA), junto com o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira. À CNA compete avaliar as propostas de eventos que pretendem atribuir créditos de EMC, bem como validar os créditos obtidos. Estas sociedades têm também a atribuição de facilitar o acesso de seus membros ao CAP, mantendo programas de EMC, que devem proporcionar mínimo de 40 créditos por ano, atendendo às várias regiões do país, além de oferecer ao menos 10 créditos anuais em atividades de educação à distância, como são as do programa FBG Transmeeting. Destaque-se que outras atividades, como títulos de mestrado ou doutorado, capítulos de livros ou artigos publicados, ministração de palestras, participação em bancas de teses e concursos e preceptoria de residência médica fazem também jus a créditos, ainda que limitados, para a obtenção do CAP.

Apesar da sua importância inquestionável, a EMC tem muitos problemas, que têm sido discutidos em

todo o mundo. As escolas médicas e os hospitais de ensino dedicam pouca atenção a esta modalidade de educação médica e as instituições de trabalho médico pouco investem na atualização dos seus profissionais. Com isto, o espaço de financiamento e oferecimento da EMC é ocupado pela indústria de medicamentos ou equipamentos, o que gera distorções. Uma delas é o descompasso entre as necessidades de aprendizado dos profissionais e o que é efetivamente oferecido, assim como existe predomínio de formatos de baixa efetividade educacional, mas que são interessantes para a divulgação de produtos. Além disso, os programas subestimam a aquisição de habilidades e atitudes, privilegiando fortemente os aspectos cognitivos. O delineamento de currículos e a definição de objetivos são raros e a avaliação da aprendizagem e da qualidade das atividades é precária.

Ademais, são escassas as evidências de que os programas de EMC atualmente existentes exerçam efeitos positivos na qualidade do trabalho médico e na saúde da população. Ao contrário, existem indícios de que, em situações específicas, os formatos atuais de EMC não afetam os indicadores de saúde e ainda se associam à utilização mais intensiva de recursos excessivamente dispendiosos.

Assim sendo, novas formas de EMC são necessárias: o financiamento e a provisão das atividades deveriam se deslocar para os centros formadores e as instituições de trabalho médico, que deveriam adotar modelos consagrados na educação de adultos. Nestes modelos, preocupa-se, de início, em identificar as necessidades de aprendizado, para depois definir objetivos e desenhar currículos que contemplem não só os aspectos cognitivos, mas também os psicomotores e os afetivos. O emprego de métodos ativos de aprendizagem, de maior efetividade educacional, deveria ser privilegiado e a avaliação da qualidade do processo formativo e do aprendizado contínuo dos profissionais deveria receber maior atenção.

* Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.